

# *Aprender a rezar na era da técnica* de Gonçalo M. Tavares: Lenz Buchmann e a política do silêncio

---

Learning to Pray in the Age of Technique  
by Gonçalo M. Tavares:  
*Lenz Buchmann and the Politics of Silence*

Ibrahim Alisson Yamakawa\*

Luzia Aparecida Berloff Tofalini\*  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

388

---

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo principal discutir a política do silêncio, bem como os seus efeitos, em *Aprender a rezar na era da técnica* de Gonçalo M. Tavares, a partir de sua personagem central: Lenz Buchmann. Embora o silêncio seja geralmente associado à ideia de falta de comunicação, ele, na verdade, permeia a relação do ser humano com a linguagem. Reportando aos estudos de Eni Orlandi (2007), o silêncio é sentido em si mesmo, o que significa que os sentidos passam pelo silêncio e se constroem nele. Quando o silêncio é considerado a partir de sua dimensão política, ele passa a ser entendido como uma ferramenta de opressão e de controle dos sentidos. Com este estudo, cuja perspectiva é a política do silêncio, espera-se evidenciar os mecanismos de opressão e silenciamento empregados por Lenz Buchmann, bem como expor os seus efeitos em *Aprender a rezar na era da técnica*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gonçalo M. Tavares. *Aprender a rezar na era da técnica*. Política do silêncio. Silenciamento.

**ABSTRACT:** This article has as main objective to discuss the politics of silence, as well as its effects in the novel *Learning to Pray in the Age of Technique*, by Gonçalo M. Tavares. Although silence is usually associated with the idea of lack of communication, it actually permeates our

---

\* Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

\* Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

relationship with language. Reporting to the studies of Eni Orlandi (2007), silence is meaning in itself, which means that the senses go through silence and they are built in silence. When silence is considered from its political dimension though, it is then understood as a tool of oppression and control of the senses. Taking the politics of silence into perspective, it is expected to highlight the mechanisms of oppression and silencing employed by Lenz Buchmann, as well as exposing their effects in *Learning to Pray in the Age of Technique*.

**KEYWORDS:** Gonçalo M. Tavares. *Aprender a rezar na era da técnica*. Politics of Silence. Silencing.

## Introdução

*Aprender a rezar na era da técnica* é um impressionante painel de violência e de maldade. Trata-se de um artista cuja obra possui uma originalidade sem precedentes e que desponta no cenário literário contemporâneo com uma linguagem instigante e ao mesmo tempo obsessiva, com relação ao silêncio. É que, de fato, o silêncio é a pedra fundamental de *Aprender a rezar na era da técnica*. Por isso, não se pode conceber esse romance sem recorrer às nuances do silêncio e das teorias relacionadas ao silêncio. Como reação ao tecnicismo, ao parlatório e aos ruídos que se alastraram no mundo contemporâneo, Gonçalo M. Tavares concede, em seus textos, maior espaço aos silêncios significativos que é, sem dúvida, irreduzível ao verbo e inquebrantável ante o ruído e ao barulho sem sentido que imperam na contemporaneidade. Não obstante, o silêncio não é apenas um ingrediente para descobrir a subjetividade humana e lá encontrar a libertação e, conseqüentemente, alcançar a iluminação (DAUENHAUER, 1980). O silêncio pode significar, sim, paz e tranquilidade na vida do sujeito, mas pode também ser expressão de poder.

O exercício do silêncio é, sem dúvida, uma forma de influenciar e de determinar os rumos da linguagem (DAUENHAUER, 1980). Sabe-se que procurar controlar as pessoas por meio do silêncio é, incontestavelmente, demonstração de poder. O silêncio é um fenômeno amplo cujos efeitos são, entre outros, opressão e controle sociopolíticos, partindo da perspectiva da política do silêncio

(JAWORSKI, 1993); (LE BRETON, 1999); (ORLANDI, 2007). A partir do controle do silêncio, é possível determinar os sentidos da linguagem e estabelecer relações de imposição e de submissão. E a partir da operacionalização da linguagem é possível gerenciar os sentidos das personagens e interferir na percepção que o leitor tem sobre toda a narrativa.

O texto de *Aprender a rezar na era da técnica* é bastante comprometido com a representação do silêncio da opressão, do silenciamento e da censura. Há, pois, silêncios que fazem parte da linguagem, que expressam a dor, o medo e a complexidade do ser, frente às angústias do cotidiano. Por outro lado, há outros silêncios que derivam de um ambiente sociopolítico com características muito específicas. Esses silêncios se caracterizam como silêncios opressores e políticos.

De acordo com Adam Jaworski (1993), são condições necessárias para o despontar desse silêncio opressor: 1) a existência de uma crise externa que justifique a concentração de poder; 2) a identificação de um inimigo comum; 3) o alastramento do medo; 4) a confiança geral na capacidade da figura do líder de resolver o problema (JAWORSKI, 1993). Tudo isso confere a uma determinada conjuntura o surgimento de atores na tarefa de reprimir e controlar os sentidos manifestados por um determinado grupo social.

Em um ambiente com tais características, é incontestável a presença de uma força dominadora que combinada a um silêncio opressor procura apagar certos sentidos e estabelecer dominância. No romance em questão, essa figura é Lenz Buchmann - filho de uma família burguesa tradicional. Lenz é criado sob um rígido código moral estabelecido pelo pai militar. De renomado médico cirurgião a vice-presidente do Partido, Lenz vale-se do silêncio para manifestar a sua dominância.

Para dar a conhecer as formas despóticas e tirânicas de Lenz Buchmann é preciso entender que essa personagem amplia a sua rede de censura e opressão

a todo universo do romance, valendo-se de algumas estratégias que serão discutidas neste artigo. Assim, o presente artigo, inicialmente, faz breves considerações sobre a política do silêncio a partir dos estudos de Adam Jaworski (1993), de David Le Breton (1999) e Eni Orlandi (2007) para, posteriormente, discutir como operam as estratégias de silêncio e de silenciamento empregadas por Lenz Buchmann em *Aprender a rezar na era da técnica*.

### A política do silêncio

Há uma instância do silêncio que é reconhecida por um modo particular de operacionalizar o silêncio. O silêncio deixa de ser encarado como um estado contínuo e permanente e passa a ser visto como uma atitude ou ação em relação a alguma coisa. Essa instância do silêncio está intimamente ligada ao exercício e manutenção do poder. O exercício do poder é marcado pelo domínio da linguagem. É sabido que “a linguagem é poder” (LE BRETON, 1999, p. 78), e se ela é potência, o silêncio - componente intrínseco da linguagem - é poder também. O tamanho do poder de alguém depende basicamente do tamanho do controle que esse alguém exerce sobre a linguagem. Esse controle está na capacidade que o sujeito tem de administrar o silêncio que habita na linguagem, na capacidade de administração do silêncio que é inaugural para os sentidos.

A autoridade do sujeito manifesta-se no controle ele tem do fluxo contínuo de sentidos oriundos do silêncio. O poder assemelha-se, dessa forma, a uma válvula de silêncio que regula o movimento fluido dos sentidos. A habilidade em administrar o silêncio se confirma na habilidade de controlar os sentidos de si e do outro, seja pela retenção do silêncio ou pela retenção da palavra, o cultivo do silêncio e a imposição de um calar fazem parte do que se pode chamar aqui de política do silêncio.

Em linhas gerais, Adam Jaworski (1993) compreende que a política do silêncio se dá de múltiplas formas e em múltiplos contextos, mas, especialmente, como ferramenta sociopolítica de opressão, controle e manutenção do *status quo*. Esse autor pressupõe que a política do silêncio opera por dois caminhos: seja por meio da ausência de palavras ou da saturação de palavras que é o caso da repetição.

*Aprender a rezar na era da técnica* ilustra ambas as modalidades. No que diz respeito à suspensão da palavra para manutenção do poder, destaca-se a seguinte passagem: “Depois de uma discussão, Lenz rasga o contrato quando estava precisamente a meio da sua assinatura [...] O nome interrompido e a negociação interrompida” (TAVARES, 2008, p. 24). Em se tratando da saturação da palavra, basta destacar o seguinte exemplo: “[...] e Lenz respondia: Não. Não, não. Sim, sim, sim” (p. 43). O excesso de palavras vem ilustrar o que fica dito e, além disso, manifesta o seu poder, uma vez que os outros não têm espaço para se manifestar. Ambos os procedimentos, quaisquer que sejam, correspondem a um conjunto de estratégias que canalizam os sentidos e ou os apagam.

Naturalmente, a política do silêncio torna-se um elemento chave para o empoderamento, mas evidencia a tirania, o infortúnio e o crime porque ela se impõe sobre o indivíduo à revelia. O silêncio e o silenciamento dentro da perspectiva da política do silêncio trabalham juntos. A imposição e a consolidação do poder são sustentadas pelo silêncio, assim como pelo controle da informação. Daí decorre a ideia de que o silêncio pode ser opressor, no sentido de que ele é operado para dominar um determinado grupo. Desse modo, “O silêncio da opressão é um estado desejável para todos os grupos de poder que têm medo de que a mera expressão e troca de opiniões ou livre fluxo de informação irá ameaçar o *status quo* existente” (JAWORSKI, 1993, p. 116,

tradução nossa)<sup>1</sup>. Há várias espécies de mecanismos dessa opressão. O grupo dominante altera a percepção clara da sociedade sobre o grupo dominado para uma percepção ambígua e obscura. A imagem do grupo silenciado é distorcida e enfraquecida frente ao grupo dominante e este se vê subjugado pelos discursos do grupo dominante. Fica explícito esse mecanismo quando se percebe a maneira pela qual Lenz trata o mendigo que frequenta sua casa.

David Le Breton (1999) compreende a política do silêncio quando afirma que “[...] se certas coisas são próprias para serem ditas, outras são menos, ou nem são, em função das situações e dos protagonistas” (LE BRETON, 1999, p. 20). Em essência, a política do silêncio, para esse autor, trata do controle exercido por um determinado sujeito ou grupo sobre a linguagem. Esse controle é exercido, certamente, na comunicação do outro, mas também em si próprio. Le Breton crê que as relações de poder são baseadas no controle do fluxo de palavras e de silêncios assim como define Adam Jaworski. Mas para David Le Breton, a política do silêncio pode ser entendida de duas formas, ampliando a perspectiva de Adam Jaworski: o silêncio da oposição, aquele silêncio que é empregado como forma de resistência contra o sujeito que em determinada conjuntura parece deter o poder; e o silêncio da opressão, que foi abordado por Adam Jaworski, que trata do silêncio que encobre a palavra e retém os sentidos.

O silêncio da oposição ou da recusa, por sua vez, manifesta-se como uma forma de domínio da linguagem e resistência frente a um poder coercitivo que visa a poder realocar e reorganizar o discurso do indivíduo dominado. O silêncio da recusa implica uma atitude de calar como forma de defesa, com o intuito de poder equilibrar as relações de poder. Não se deve esquecer que “Calar-se é uma forma extrema de defesa, em que se equilibram vantagens e inconvenientes. Aquele que se cala, sem dúvida que não se entrega, mas dá a

---

<sup>1</sup> “The silence of oppression is a desirable state for all power groups that are afraid that the mere expression and exchange of opinions or free flow of information will threaten the existing status quo” (JAWORSKI, 1993, p. 116).

impressão de ser mais perigoso do que é” (LE BRETON, 1999, p. 84). Sob essa perspectiva, acredita-se que o calar se torna um importante mecanismo para manter a estabilidade, bem como assegurar o equilíbrio de poder. O silêncio desafia a estrutura dominante e o envolve com um ar de mistério e de força àquele que é subjugado. O silêncio autoimposto é demonstração de poder, podendo ser, também, uma marca de violência e hostilização. Nesse último caso, por exemplo, interromper subitamente a partilha da comunicação e cessar a alternância de silêncios e palavras na comunicação é banir aquele que fala de interagir com aquele que está em silêncio, restringindo, portanto, o alcance do poder daquele que fala.

O fechamento sobre si pode referir-se não somente a uma relação desproporcional de poder em que o outro se obriga a adotar o silêncio como forma de resistência, mas também pode refletir o desprezo e o rancor. Em outras palavras, “Uma súbita abstenção de palavra entre indivíduos que têm o hábito de conversar entre si marca uma ruptura de relações, aumenta o ‘frio’ que surgiu com uma recusa de comunicação” (LE BRETON, 1999, p. 86). Em síntese, esse silêncio supõe a completa exclusão daquele que fala. Nesse caso, por não se permitir sua inserção na partilha da comunicação, apaga-se o outro e recusa-se o reconhecimento do outro como sujeito, negando-lhe o direito de representação.

O silêncio da opressão elimina a dúvida, apaga os sentidos e não deixa espaço para a polissemia do discurso. Em suma, reduz-se o outro ao silêncio do vazio e do apagamento. David Le Breton (1999, p. 88) lembra que “o silêncio é um instrumento de resistência, mas também de poder, de terror, uma forma de controlar uma situação com mão de ferro”. Trata-se de uma violência que se reveste do poder oficial e institucionalizado e impõe sobre a sociedade a univocidade, a unilateralidade e a uniformidade do pensamento. Nesse caso, recorre-se à censura como meio mais eficaz de restringir o uso da palavra: “A censura produz silêncio em negativo, um defeito de comunicação, retira-se o valor à palavra, privando-a de consistência, por não ter ninguém para ouvir e

transmitir” (LE BRETON, 1999, p. 88). Apagando-se, assim, os sentidos indesejáveis e instalando a desconfiança mútua. Mas além da censura, há outras formas de reduzir os indivíduos ao silêncio.

As práticas sociais da linguagem pressupõem doses equilibradas de palavra e silêncio. A falta de conversa, porém, rompe com o equilíbrio da linguagem e reduz o indivíduo ao ostracismo. Tal atitude configura-se como uma forma coercitiva de impor o silêncio. Esse golpe pungente na linguagem nega ao indivíduo o direito de se inserir no vínculo social, tal como ocorre com Gustav Liegnitz, personagem protagonista de *Aprender a rezar na era da técnica*.

Aliás, a recusa da escuta impõe o *status* negativo do silêncio. Um silêncio poderoso que vai, paulatinamente, empurrando o sujeito falante para o vazio da linguagem e condenando-o ao mutismo, assim como uma névoa densa vai encobrendo os sentidos. Isso se dá por duas razões: ou porque o que está sendo dito é incompreensível para os falantes dentro de uma determinada comunidade linguística; ou porque o que está sendo dito é, supostamente, irrelevante e, por conseguinte, não digno de ser ouvido. É que “A impossibilidade de ser ouvido, por falta de valor próprio, conduz ao mutismo ou então à inflação de uma linguagem que ocorre como uma hemorragia de existência sem nenhum ouvido que consiga parar” (LE BRETON, 1999, p. 102). David Le Breton demonstra que a política do silêncio se manifesta de múltiplas formas e em múltiplos contextos. Independentemente de os agentes serem políticos, sujeitos institucionalizados ou não, a política do silêncio, independente da forma como ela se manifesta, mostra-se arrebatadora e coloca o indivíduo subjugado em confronto com a linguagem, perante palavras e silêncios em excesso.

Sem dúvida, essas reflexões ampliam a concepção da política do silêncio e conduzem a um aprofundamento dessa questão. Eni Orlandi (2007), por sua vez, expande essa concepção. A autora reconhece que a política do silêncio deve

ser compreendida a partir de sua perspectiva discursiva e que, para compreendê-la, deve-se contextualizá-la sócio-historicamente.

Conforme a autora, “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). No texto de Orlandi o termo ‘político’ remete à divisão que reincide sobre a linguagem, à divisão de sentidos, à divisão de sujeitos entre eles, à divisão do sujeito nele mesmo. A linguagem então se caracteriza por um recorte entre aquilo que é dito e aquilo que não é dito, e se divide em dois planos: o silêncio constitutivo e o silêncio local. Além do mais, a autora também aprofunda as relações entre censura, opressão, resistência e discute o importantíssimo papel das vozes sociais.

O silêncio constitutivo representa a concepção de que todo dizer implica não dizer alguma coisa. Patenteia a ideia de que todo dizer apaga necessariamente outros sentidos. A correspondência entre o silêncio fundador e o silêncio constitutivo não é mera coincidência, já que este é indispensável à produção dos sentidos. A indispensabilidade do silêncio constitutivo imprime a ele um papel primordial na linguagem. O silêncio constitutivo é, assim, essencial à estruturação da linguagem. O mecanismo de operação do silêncio constitutivo é definido por Eni Orlandi como o “anti-implícito” (ORLANDI, 2007, p. 73). Ora, se o implícito é aquilo que não está dito, mas que remete ao dito, o anti-implícito é o fenômeno contrário, que apela ao silêncio em que o que está dito nega outros dizeres. “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído” (ORLANDI, 2007, p. 73). Para clarificar essa proposição, é preciso considerar que o dizer e o silenciamento são indispensáveis um para o outro e que há, de fato, uma relação de incompletude com a linguagem.

Ao afirmar que a linguagem se estrutura a partir da noção do silêncio constitutivo e, nesse sentido, o não dito é essencial para a constituição do discurso, é importante não confundir o papel do silêncio constitutivo com

aquele do silêncio fundante. O silêncio fundante é indivisível e permanece silêncio, ou seja, não se traduz em palavras porque, inclusive, ele está entre elas e as atravessa, de modo que ele apenas significa. O silêncio fundante não promove apagamentos de sentido, mas é condição da produção de sentidos. E o silêncio fundante tem sempre sentidos a dizer, decorrendo daí a noção de polissemia do discurso.

Em contrapartida, o silêncio constitutivo afirma-se a partir do não dito. O silêncio constitutivo é incontornável, muito embora essa espécie de silêncio suponha uma divisão na linguagem. Quando se diz algo, em determinada conjuntura, espera-se produzir certos sentidos em detrimentos de outros que não são apropriados por inúmeros fatores. Dessa forma, o silêncio constitutivo caracteriza-se pela escolha que está relacionada ao contexto social e histórico e à impossibilidade de dizer tudo, reincidindo na incompletude que caracteriza a linguagem verbal.

O silêncio como procedimento político guarda no chamado silêncio local “a manifestação mais visível dessa política: a interdição do dizer” (ORLANDI, 2007, p. 74), que se manifesta, especialmente, por meio da censura que se caracteriza pela proibição de dizer algo em uma determinada conjuntura. No silêncio local, o sujeito é impedido de dizer o que pode ser dito. Eni Orlandi procura entender a censura como um fato da linguagem, de maneira que se possam observar os seus mecanismos de funcionamento e de operação do silêncio na linguagem. De acordo com a autora,

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições (ORLANDI, 2007, p. 104).

Orlandi concebe a censura como silêncio local porque ele é discernível e é possível detectar as suas marcas e formas no interior da linguagem. Em linhas

gerais, a censura, de forma localizada e ostensiva, atua no cerceamento das formações discursivas do indivíduo, de modo que aquilo que pode ser dito, não deve ser dito quando o indivíduo fala. O esquema da censura obriga o sujeito a dizer x para não dizer y. De tal modo, a censura tenta vetar que o sujeito ocupe diferentes lugares e diferentes posições discursivas.

Sabe-se que o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo. Assim, a atitude de interditar o sujeito - para que ele não ocupe determinadas posições discursivas - afeta imediatamente a sua identidade. Assim, para a autora, é possível traçar um paralelo entre a relação de Poder (censura) e a relação de Desejo (Narcísea) (ORLANDI, 2007). No autoritarismo, a censura fixa um sentido e não concebe outros sentidos possíveis, criando uma espécie de “narcísea social” (ORLANDI, 2007, p. 80). Dessa forma, apenas um sentido, entre os muitos que o silêncio possibilita, é imposto para toda sociedade.

O conceito de língua de espuma proposto por Eni Orlandi tem muito a acrescentar à noção de retórica da opressão que advém do silêncio local. A noção de língua de espuma corresponde a “uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua que os sentidos batem forte, mas não se expandem [...] Na língua de espuma os sentidos se calam” (ORLANDI, 2007, p. 99). A língua de espuma não compromete nenhuma realidade e, nesse sentido, ela também opera em favor do silenciamento. No autoritarismo, os sentidos manifestados e permitidos pela censura se enquadrariam na concepção de língua de espuma. Ao instituir um único discurso, o regime autoritário perde a força porque se fecham os caminhos da linguagem e se interditam as posições discursivas que o sujeito pode assumir para preencher esse discurso de significados. Por isso, o autoritarismo recorre à repetição. Sem a repetição e a saturação de palavras, a língua de espuma esvanece-se e com ela a sua mensagem.

Entretanto, em relação à censura, por mais que se tente interditar os caminhos da linguagem não se é capaz de conter o fluxo de sentidos. Ainda que a censura

tente impedir determinada formação discursiva, os sentidos tomam outro caminho e significam de outras maneiras. Segundo Eni Orlandi (2007, p. 80), “os sentidos são erráticos e podem migrar de uma região para a outra”. É assim que se dá a produção dos sentidos pelo movimento que também constitui sua identidade.

Com efeito, a censura é o lugar da negação e ao mesmo tempo da exacerbação do movimento que institui a identidade. Por isso é um lugar privilegiado para ‘olhar’ a relação do sujeito com as formações discursivas. Porque nos faz apreciar melhor os processos de identificação do sujeito ao inscrever-se na região do dizível para produzir(-se) sentido. Essa situação corresponde a uma forma direta e sem sutilezas da política do silêncio, ou melhor, do silenciamento: se obriga a dizer ‘x’ para não deixar de dizer ‘y’. No entanto, pela natureza dispersa do sujeito pelo movimento que constitui sua identidade veremos que esse ‘y’ significará por outros processos (ORLANDI, 2007, p. 81).

Assim, têm-se os discursos de resistência indicando deslocamentos de sentido, possibilitando um fenômeno que Eni Orlandi qualifica como retórica da resistência. Os sentidos não ficam parados. Eles sempre tomam outros caminhos. Ao retomar a concepção de que o silêncio simplesmente significa e que o sujeito desenvolve uma relação necessária com o silêncio, não há censura que seja capaz de conter os sentidos. Então, no entender de Eni Orlandi, a retórica da resistência é uma resposta necessária e inevitável à retórica da opressão.

Os sentidos silenciados, portanto, arrumam outros meios para significar. Eles migram. “Aquilo que não dissemos durante a censura - bem ou mal, de um modo ou de outro - significou” (ORLANDI, 2007, p. 129). Isso quer dizer que os sentidos são incontidos muito embora, eles passem por transformações, pois de acordo com a autora, não há censura completamente eficaz na medida em que ela não pode conter os sentidos. O que fica demonstrado é que a censura não procura impedir que determinados sentidos venham à tona, mas impedir que esses sentidos sejam trabalhados historicamente, promovendo uma identificação com os sujeitos. A censura, assim, procura distorcer essa identificação. No entanto, qualquer forma de censura pressupõe uma forma de resistência. Além disso,

fica patenteado que, independente da interdição, há silêncio e o silêncio significa.

### A personagem Lenz Buchmann e a política do silêncio

Lenz Buchmann é uma personagem dominadora com perfil autoritário, cruel e megalomaniaco. A fim de realizar o seu plano de firmar a sua posição no mundo e estabelecer o seu próprio Reino, Lenz desconsidera totalmente quaisquer limites morais para dar cabo de sua intenção. Todos os homens que o rodeiam se convertem em meros instrumentos (objetos) para que ele possa realizar os seus projetos arbitrários e egoístas. Disposto a tudo, inclusive a matar, Lenz destaca-se das demais personagens por essa e por outras características exclusivas.

Lenz domina a linguagem e domina, especialmente, o silêncio contido nela. Sua habilidade na administração dos sentidos por meio do silêncio é singular, visto que não há nenhuma personagem que demonstre ter tanto domínio do silêncio quanto ele. Como protagonista da narrativa e em posição de poder, Lenz tem certamente o controle do tamanho do seu silêncio e do silêncio do outro. Seu controle excede inclusive o poder do narrador. A sua capacidade de controlar o fluxo de sentidos dos outros e de si próprio é, justamente, o que distingue Lenz das demais personagens de *Aprender a rezar na era da técnica*.

No hospital, Lenz era tido como um médico habilidoso no manejo do bisturi, pois impressionava todos os colegas e deixava os enfermeiros à sua volta espantados com tanta concentração e domínio de técnica. Ele era um artista nessa “[...] arte de procurar estilhaços de metal no meio do corpo [...]” (TAVARES, 2008, p. 42). E sendo excelente nessa arte, Lenz seria o mentor maior, uma vez que ele estaria no centro do Reino: “[...] Lenz por vezes dizia-o - de implantar uma nova monarquia [...]” (p. 31). Para determinar essa posição, cada palavra pronunciada era repleta de silêncio que minava e

arruinava a palavra do outro e, sobretudo, arruinava os sentidos produzidos pelo outro.

O uso abundante do silêncio está, de certa maneira, ligado ao contexto de repressão e de medo do pós-guerra. Muito antes de conhecer Hamm Kestner, colega de Lenz no Partido, ele aconselhava: “Podemos apenas dar ordens, não precisamos de conversar” (TAVARES, 2008, p. 190), Lenz sabia-o bem. Estava plenamente consciente disso, pois só a sua presença bastava para se instalar um silêncio insistente e rigidamente sólido. No hospital, Lenz só pronunciava ordens monossilábicas, frases breves e cortantes, que traduziam no plano da linguagem a assimetria de poder. Naquela instituição não existia conversa em absoluto.

O silenciamento aparece sob a forma da falta de diálogo. Negar ao outro o direito de resposta, de intervenção ou mesmo de participação naquilo que se diz reduz o poder daquele que está condenado apenas a ouvir. Aquele que só ouve, demonstra submissão àquele que fala. Diante disso, para aquele que fala, está outorgado o direito de manifestar sentidos quase que exclusivamente ou pelo menos o direito de dirigir os sentidos. Assim, o indivíduo que apenas ouve assume uma postura passiva e derrotada. David Le Breton esclarece que “o vencido é reduzido ao silêncio” (LE BRETON, 1999, p. 90). Aquele que tem menos poder tem mais chances de ser censurado, pois, muitas vezes, ele se exime de concorrer com os sentidos produzidos por aquele que tem mais autoridade, no caso, Lenz Buchmann.

A presença de Lenz já provoca quase que instantaneamente o enxugamento das palavras dos demais funcionários no hospital. Não existe passagem que represente outro médico ou mesmo outro enfermeiro falando entre si. O narrador intervém solidário a essas personagens. No hospital, só aparecem sob a forma de um discurso implícito ou de um discurso indireto. As personagens do hospital são personagens sem voz. Nessa circunstância, leem-se as personagens sem voz como figuras que não tem capacidade de articular sentidos da mesma

forma que a personagem protagonista. A voz corresponde em grande medida, como a voz do próprio silêncio que se traduz na sua capacidade de expressão.

Para contribuir com essa caracterização, considera-se a seguinte passagem: “[...] Lenz gritou para a enfermeira: Não! E com um gesto rude apontou-lhe o caminho para fora da sala” (TAVARES, 2008, p. 44). A enfermeira expulsa da sala por Lenz não diz uma única palavra. Sabe-se apenas que “nela havia um nervosismo tal que a fazia esquecer tudo o que aprendera [...]” (p. 44). E o final desse mesmo capítulo encerra com os seguintes dizeres: “Que vá rezar lá para fora. Ali não [...]” (p. 44). A tensão da cena fica por conta do não dito da enfermeira e de todos que trabalham freneticamente na sala.

Ao olhar atentamente para o silêncio contido nessa cena, o leitor verá que a enfermeira foi expulsa porque os sentidos que ela produzia no silêncio concorriam com os sentidos do Dr. Buchmann. E esses sentidos, por sua vez, manifestavam-se contra a vontade do doutor. A enfermeira não estava na condição de silenciada, mas de silenciosa, embora dominada por um nervosismo tal que perturbava Lenz.

Na ausência de um silêncio alinhado ao seu e de uma postura adequada aos olhos do devotado representante da técnica, ele expulsa a enfermeira. O fato de ela estar nervosa e de não compartilhar da mesma postura fria e impassível dos demais funcionários presentes na sala, faz com que ela se torne, imediatamente, uma ameaça ao seu poder. Por não ter se rendido ao poder encantatório e opressor daquele que fazia da sala de cirurgia um Reino e por, justamente, manifestar sentidos livremente, ou seja, na contramão dos sentidos produzidos por Lenz que ele “não precisava dela, da sua irracionalidade” (TAVARES, 2008, p. 44). Não podendo controlá-la, os sentidos da enfermeira precisavam ser interditados; ela precisava ser expulsa.

Isso explica porque Lenz repele a assistente dizendo: “que vá rezar lá fora”, porque ela continua produzindo sentidos e porque sua atitude é incompatível

com a postura exigida por um fiel representante da técnica. E, para Lenz, ao agir descontroladamente em um ambiente onde se exige técnica, precisão e concentração, se compromete toda técnica e todo esforço “extra-humano” (TAVARES, 2008, p. 66) empreendido pela personagem com o intuito de canalizar os sentidos e centralizá-los em si mesmo. A enfermeira, por outro lado, ao produzir outros sentidos destoantes do poder central ameaça tanto a posição quanto o poder de Lenz naquela sala.

Outro elemento bastante relevante para a compreensão da estratégia de silenciamento, empregada por Lenz, são as suas ordens que aparecem sempre em discurso direto, tal como nos excertos seguintes: “Lenz gritou para a enfermeira: Não!” (TAVARES, 2008, p. 44); “- Sim - respondeu Lenz, sem levantar a cabeça [...]” (p. 45); “Lenz respondia: Não. Não, não. Sim, sim, sim” (p. 43). As palavras da personagem protagonista fluem no texto impedindo que outras palavras e outros sentidos a não ser as dele sejam construídos. As palavras pronunciadas por ele não precisam de mediação. Elas não precisam ser narradas, elas bastam por si. Elas não precisam ser acompanhadas de outros silêncios. As ordens de Lenz não enfrentam oposição. Em uma análise específica sobre essa condição da linguagem leia-se o seguinte:

Lenz estava vivo, em pé, com a sua razão intacta, e domina ainda a linguagem: era ele que naquela sala determinava cada Sim e cada Não - e ele há muito sabia que dominar essas duas palavras extremas era a mais incontestada manifestação de poder (TAVARES, 2008, p. 42).

Na verdade, o sim e o não considerados isoladamente não representam, de modo algum, “a mais incontestada manifestação de poder” (TAVARES, 2008, p. 42). O que Lenz ainda não havia percebido é que o silêncio era, de fato, o elemento que garantia o seu poder. É como se Lenz colocasse palavras na boca dos enfermeiros e ajudantes a sua volta e essas palavras viessem repletas de silêncio opressor que impedia que os funcionários formulassem suas próprias ideias. O doutor não esperava por resposta. Cada ordem ou cada pergunta era

pontuada por um silêncio que não se abre ao diálogo. Por essa razão, os comandos de Lenz prescindem de intervenção do narrador.

Ele nem mesmo olha no rosto daqueles que estão ao seu redor. Conforme se lê, ele trata com os seus auxiliares “sem levantar a cabeça” (TAVARES, 2008, p. 45), pois, para o doutor Buchmann eles não são dignos de atenção. A única coisa digna de atenção é a atividade exercida por ele “[...] que provoca nos assistentes de qualquer operação um direccionar do olhar exclusivo para aquela mão direita” (p. 30). O poder exercido pela protagonista distorce e engana aquilo que os seus subordinados devem realmente ver.

Sem dúvida, “sendo um mestre naquela linguagem que não levantava a cabeça” (TAVARES, 2008, p. 67), o silêncio dentro do hospital torna-se cada vez mais intenso, porém, esse silêncio tem apenas um objetivo: apagar o outro e ressaltar a presença do doutor. A equipe de Lenz é hipnotizada pelo silêncio opressor durante a cirurgia: “As enfermeiras assistentes e os médicos mais jovens fixavam o seu instinto de observação mais digno e suspendiam a respiração como se assistissem a um filme” (p. 30). E enquanto toda força hospitalar concentra sua atenção em Lenz, este transforma os outros em meros espectadores ou em meros objetos. O grupo de jovens médicos e enfermeiros assume uma postura passiva e se torna impotente, submisso e o seu papel, de certa maneira, mostra-se irrelevante sem a presença de Buchmann.

Com relação aos pacientes, Lenz procedia da mesma forma. Manifestava total indiferença. Até porque, para Lenz, seus pacientes não eram vidas humanas. Eram objetos quaisquer que ele precisava consertar. “O médico na Era da Técnica é encarado como um habilidoso condutor de automóveis. O automóvel, esse, aguarda, serenamente, a chegada do seu dono [...]” (TAVARES, 2008, p. 29). Os pacientes de Lenz quando chegam ao hospital transformam-se, imediatamente, em máquinas com peças em disfunção. As personagens que chegam mutiladas por uma explosão ou gravemente doentes são, para Lenz, apenas engrenagens que precisam se reestabelecer e “endireitar do desvio” (p.

33). Em última análise, a imagem do silenciado se distorce e, por conseguinte, perde, paulatinamente, sua relevância.

Lenz tinha sob seu controle o poder de decisão sobre a vida e sobre a morte. “No direcionar do bisturi Lenz via a possibilidade de manter ligada ou de desligar uma aparelhagem de som” (TAVARES, 2008, p. 34). E ao associar o organismo humano a uma “aparelhagem de som”, significa entendê-lo como uma ameaça ao seu silêncio opressor. Essa aparelhagem de som, se ligada torna-se um provável opositor aos sentidos produzidos por aquele disposto à censura. “O Dr. Lenz Buchmann não conseguia deixar de pensar naquela outra possibilidade que, uma vez mais, tinha ao seu dispor” (p. 35). Ter o poder de desligar essa “aparelhagem de som” que, eventualmente, poderia concorrer com ele era, indiscutivelmente, o que mais fascinava Lenz em seu ofício. “E era Lenz quem manipulava o botão decisivo” (p. 34). Era ele que tinha então o poder de silenciar para sempre. Isso o deixava absolutamente poderoso na qualidade de médico. E ele sabia disso.

E quando “Lenz Buchmann declara abandonar definitivamente a profissão de médico cirurgião para se dedicar por completo aos problemas da cidade [...]” (TAVARES, 2008, p. 102), para então se tornar uma figura pública, ele sabe que poderá ampliar consideravelmente a latitude de seu poder. E por poder, entende-se a força de expressão do seu silêncio, sabendo, é claro, que “às vezes, o silêncio pode ser considerado como um sinal de poder ou controle de alguém em relação a outros [...]” (JAWORSKI, 1993, p. 69)<sup>2</sup>. Sua adesão ao Partido é marcada pela quebra de silêncio. Inicia-se, assim, uma nova fase do poder de Lenz. Quebra-se o silêncio para recomeçar.

A sua entrada no Partido possibilitou-lhe estabelecer uma nova posição no mundo. “A vida de Lenz mudou. Não por completo, é certo [...]” (TAVARES,

---

<sup>2</sup> “Sometimes, silence may be regarded as a sign of someone's power or control over other [...]” (JAWORSKI, 1993, p. 69).

2008, p. 104), mas mudara o bastante para ele poder perceber que “a grande vantagem nesta mudança de sistema era sem dúvida o número de pessoas que conseguia agora influenciar - ou mesmo tocar, no sentido físico, no sentido do bisturi que interfere no tecido” (p. 106). O instrumento cirúrgico que permitia fazer incisões e “marcava o primeiro ponto de ataque” (p. 32), era, agora de outro tipo. Lenz agora estava pronto para começar “essa operação coletiva, que era a política, nesse acto (quase monstruoso quando pensadas as dimensões) que colocava milhares de pessoas debaixo do bisturi [...]” (p. 105). Sua eficácia não era mais a mesma do bisturi cirúrgico, como se constata no excerto seguinte:

Esta hipótese surpreendente de reduzir um largo espaço e um largo tempo a um ponto negro, vazio, a hipótese de eliminar séculos - igrejas, por exemplo, que tinham marcas que se diziam ser do próprio Cristo -, esta hipótese, portanto, de eliminar tempo sempre fascinara Lenz [...] Antes tínhamos armas que interferiam em órgãos ou, quando muito, em famílias, agora temos armas que interferem em países [...] (TAVARES, 2008, p. 106).

Os símbolos nessa passagem são bastante pertinentes porque eles representam uma realidade que se propõe reduzir o tempo e o espaço a “um ponto negro, vazio” e poder então “eliminar séculos” e fundar silenciamento e censura de forma mais ampla. “Eliminar séculos” remete a uma nova dimensão de operacionalização do silêncio na linguagem. Trata-se de empreender táticas de silenciamento eficientes e que sejam praticáveis além do meio familiar e além dos muros da cidade. Exige-se silêncio capaz de interferir nos destinos de países aliados e inimigos. É claro que as armas mencionadas não se referem apenas ao silêncio em si, mas qualquer arma capaz de “eliminar séculos”, “eliminar tempo”, reduzir algo “a um ponto negro, vazio”, tem o silenciamento como últimas consequências.

No caso do Partido ao qual Lenz é filiado, o silêncio não é tão somente uma arma para combater os inimigos, mas para influenciar os seus próprios aliados. O silêncio nesse contexto se refere ao silêncio político constitutivo da

linguagem e ao silêncio local, que está mais relacionado com a censura propriamente dita.

Com relação à atividade política, Lenz Buchmann muda de ponto de vista em face à abordagem do silêncio e do silenciamento. Há como que uma recomposição das estratégias empregadas por essa personagem que agora precisa se adaptar à nova escala. Ascender como político, de certa forma, significava trabalhar com o silêncio e com o silenciamento em um nível mais técnico e eficiente, rompendo as fronteiras ainda não alcançadas pela técnica. E a política, no entendimento de Lenz, era de fato, um ponto de partida para poder penetrar em zonas mais profundas de silêncio.

Apesar de Lenz ainda não ser completamente fluente nessa linguagem, até essa passagem, ele conhecia o medo muito bem. O medo era o primeiro recurso para impor o silêncio às massas. Assim como fizera seu pai a ele, o medo era o meio mais eficiente encontrado por esse novo político do Partido. O medo era um gesto prévio que se mostrava “indispensável” para o gesto final: o silenciamento e o controle dos sentidos. Ao provocar o medo no outro, Lenz encontrava a força para conduzir seus projetos autoritários e egoístas sem enfrentar oposição alguma, o medo apartava possíveis opositores. Mas, o que ele ainda não estava plenamente consciente era que o medo também despertava silêncio.

Do seu gabinete, Lenz observa que “aquela janela alta tinha, no fundo, uma altura feita ao milímetro para permitir uma especialização do olhar, um olhar que conseguia ver quinhentas pessoas [...]” (TAVARES, 2008, p. 140). Uma janela grande o suficiente que permitia a Lenz, com seu olhar clínico, realizar essa “operação colectiva” na cidade.

Estava, pois, perante uma combinação extraordinária entre afastamento e proximidade, parecendo que, por um acaso, que só poderia ser efeito das grandes forças que dominavam o mundo, lhe tinham atribuído a ele, Lenz Buchmann, a única janela do observador que observa para agir, a janela das grandes existências, a janela de

quem sabe que foi feito para influenciar um a um os homens, e ainda todos, no seu conjunto (TAVARES, 2008, p. 141).

A janela ilustra perfeitamente o tamanho do poder de Lenz. Sob o ponto de vista da cultura tecnocrática, a janela representa a difusão massiva de ideias, a propagação da voz em larga escala, resultando na centralização do indivíduo e, conseqüentemente, causando o apagamento gradual daquele que se encontra em posição subalterna. A esse respeito, a imagem da janela corrobora a “hipótese surpreendente de reduzir um largo espaço e um largo tempo a um ponto negro, vazio, a hipótese de eliminar séculos” (TAVARES, 2008, p. 106). Nessa posição, “daquela janela de atirador” (p. 145), Lenz é capaz de provocar e estimular as massas. Para Le Breton (1999, p. 88), “O poder procura, desta forma, desenraizar a propagação da dissidência, forçando-a ir por caminhos obrigatórios, impossibilitando-a de utilizar outros”. Nesse sentido, “Ele estava no centro, todos precisavam de alguma coisa do centro da cidade” (TAVARES, 2008, p. 143). O centro era o novo e único caminho possível para a construção dos sentidos.

No entendimento de Lenz, esses homens que estavam “a passar de um lado para o outro, com um tamanho mínimo [...]” (TAVARES, 2008, p. 140) e com uma “fisionomia de pedinte” (p. 136), precisavam de um sentido em suas vidas. Precisavam de uma voz de comando. Precisavam, enfim, de medo.

Havia, portanto, dois medos, e não apenas um. O primeiro medo arrancava as coisas da sua imobilidade e o segundo, o mais poderoso, mantinha as coisas em movimento. Quando dez mil habitantes de uma determinada etnia, desprotegidos e constituídos quase por completo por velhos, mulheres e crianças, fugiam de um local ao receber essa terrível informação do avanço dos outros, quando tal acontecia, esse primeiro movimento de abandono das terras natais era impulsionado por um primeiro medo. Porém, o que fazia com que esses refugiados, depois de caminharem a pé duzentos quilômetros ainda avançassem o mais velozmente possível, esquecendo já os mais fracos e os que começavam a desfalecer, o que fazia com que isso acontecesse, duzentos quilômetros mais tarde, era o segundo medo, o mais poderoso, aquele que mantém em movimento o que está já há muito, em movimento. Este segundo medo é tão forte que faz vencer a fadiga limite: chegará a noite e nenhum elemento desejará descansar (TAVARES, 2008, p. 223-234).

O medo desloca as pessoas de um estado de quietude para um estado de movimento. O medo justifica-se, pois ele mantém as pessoas distantes de uma vivência de calma e de tranquilidade cuja característica primordial é a acentuada presença do silêncio. O movimento acentuado impõe o deslocamento dos sentidos e causa, conseqüentemente, sua distorção. O medo em abundância produz um movimento coletivo, centralizado e que possibilita a canalização dos sentidos.

E nesse ponto de vista, é patente a diferença entre o médico na Era da Técnica e o político na Era da Técnica. O médico na Era da Técnica tem algo de “extra-humano” (TAVARES, 2008, p. 66) que inspira movimento em si mesmo e se coloca sempre em ação. Lenz Buchmann, na qualidade de médico, assume uma postura reptante e agressiva com relação ao silêncio. Sua atitude provocante desloca a atenção de sua equipe que permanece calada e inerte enquanto Lenz trabalha. O sujeito de autoridade produz o movimento enquanto os subordinados rendem-se ao ritmo do mais forte. De seus subordinados ele só espera silêncio reticente, que retém as palavras sufocadas na garganta, que não permite que elas se formem e se propagem. Quem não está em silêncio é forçado ao silêncio. E ainda quem não se rende de maneira nenhuma ao silenciamento, tal como a enfermeira expulsa da sala de cirurgia por Lenz, é censurado.

O político na Era da Técnica, ao contrário do médico, mantém as pessoas em movimento, porque o que distingue o médico do político é a necessidade de despertar esse segundo medo. O médico na Era da Técnica prescinde de despertar medo nos pacientes, pois eles já são vítimas de um medo natural da doença e da morte. Os pacientes, ao contrário dos cidadãos da cidade não vão a lugar algum, eles são reféns da situação. O movimento causado pelo medo nos cidadãos da cidade cumpre a mesma finalidade do medo natural dos pacientes do hospital. O medo torna-os reféns da situação. O medo que os cidadãos da cidade sentem faz com que eles precisem de um político, assim como os pacientes precisam do médico.

Então, manter as pessoas em movimento e tirá-las de um estado contemplativo requer, daquele que provoca medo, uma experiência um tanto mais profunda com o silêncio, pois implica compreender o que há no silêncio dos outros e de si que é necessário deslocar. É preciso desconstruir, deslocar e até mesmo banir os sentidos produzidos por aqueles que ameaçam o *status quo* (JAWORSKI, 1993).

O político na Era da Técnica procura o “movimento forçado, movimento provocado [...] que descontrolava por completo o sentido de posicionamento e orientação do corpo e permitia à voz e de comando fazer o que quisesse daquele que fugia” (TAVARES, 2008, p. 226). Em *Aprender a rezar na era da técnica*, o medo está situado no interior do movimento, o medo é a dinâmica do movimento.

A apreciação e análise dessas novas estratégias empregadas por Lenz para realizar o seu plano de ampliar a sua rede de silêncio e censura implica considerar os seguintes dizeres: “Com o gesto do dono do boi que marca com o símbolo da sua propriedade o dorso do animal, assim também Lenz Buchmann, antes de desaparecer, marcaria o seu nome no dorso da população. Era esse o seu destino. Estava certo disso” (TAVARES, 2008, p. 143-4). Refere-se aqui, incontestavelmente, à necessidade de Lenz vencer o seu próprio silêncio: “[...] ele escrevia a preto, por cima, o seu nome. Lenz Buchmann, Lenz Buchmann, Lenz Buchmann” (p. 144). Apelando à repetição e a saturação de um silêncio não comunicativo.

Lenz sabe que as massas precisam estar expostas frequentemente à repetição para estarem condicionados à voz de comando. O que também se destaca nessa passagem é que Lenz escrevia o seu nome em preto em cima de outros nomes escritos. Está claro que para firmar o seu nome, ele precisa apagar outra coisa. Precisa impor silêncio de alguma maneira, nesse caso silêncio encobridor. Essa

passagem é bastante simbólica, pois revela a intenção de deixar a sua marca onde havia outras marcas. Sobrepor o seu nome onde havia outros nomes.

Ele precisava avançar a passos lentos mesmo, para marcar a ferro com o seu nome o rebanho através da excessiva exposição de sua voz e de suas ideias. Necessitava considerar cada movimento e tudo o que ele implicava. Necessitava de silêncio absoluto, porque o silêncio é o instrumento pelo qual Lenz constrói uma imagem forte de si e destrói a imagem do outro. Lenz “[...] utilizava em seu proveito o mistério terrível que quem foge carrega no seu centro” (TAVARES, 2008, p. 227): o medo. Ele não se manifesta por meio das palavras ou gestos objetivos, mas por meio do indizível apenas.

Era esse, aliás, o verdadeiro sentido de forçar o movimento das coisas. Este movimento forçado, movimento provocado pelo medo, era um movimento a mais que descontrolava por completo o sentido de posicionamento e orientação do corpo e permitia à voz de comando fazer o que quisesse daquele que fugia (TAVARES, 2008, p. 226).

A análise desse excerto demonstra que os sentidos não ficam parados e que em situação de censura os sentidos silenciados sempre arrumam outros meios para significar (ORLANDI, 2007). O movimento caótico dos homens que tem medo os afasta do silêncio. Por isso, há de se forçar o movimento para que haja maior distorção da sua identificação com outro meio simbólico. Essa passagem traduz bem a ideia de que, enquanto se persistir em um movimento forçado, os sentidos se descontrolarão e estarão mais sujeitos à voz de comando.

Entretanto, “os processos de significação não estacionaram [...] [estão] por toda a parte e os sentidos vazam por qualquer espaço simbólico que se apresente. Eles migram” (ORLANDI, 2007, p. 129). Mas, precisam do silêncio novamente para se reorganizar. Por isso, Lenz não dá trégua ao medo. O medo é fundamental para que o movimento jamais encerre. Os homens precisam sentir a necessidade de confiar em uma voz forte e inabalável. Os homens também precisam se sentir confiantes para se abster de seu silêncio e render-se à voz de comando na esperança de que ela possa conduzi-los para regiões

onde eles não sentirão mais medo. Contudo, o político que inicia o movimento a partir do segundo medo jamais irá pará-lo.

E o fato de Lenz ser cauteloso com tudo que ele fazia em política revela que ele também sabia que: “Tudo avançava, no mundo exterior, como ele previra. E a posição de Lenz Buchmann no mundo seria perfeita [...]” (TAVARES, 2008, p. 228). Lenz, a essa altura, dominava perfeitamente aquela linguagem política que a princípio ele tanto carecia de habilidades fundamentais. Agora, ele era um mestre nessa arte de calar e de dar ordens aos outros: “Lenz Buchmann continuava ainda entretido com os mecanismos das suas armas e com a definição dos seus alvos” (p. 229). E por novas armas, leiam-se as novas estratégias de emprego do silenciamento, da censura, legitimadas por uma instituição.

De certa maneira, era isso que Buchmann desejava: ser portador de um sistema legal cujas leis só fossem aplicadas a si; ser portador de uma moral que não é a do mundo civilizado nem a do mundo primitivo; que não é a moral da cidade ou sequer a moral da sua família mas a moral que tem o seu nome, apenas o seu, escrito por cima (TAVARES, 2008, p. 231).

O que fica latente na passagem anterior é que a figura autoritária (Lenz) precisa de uma instituição forte (o Partido) que legitime e alimente as suas ações despóticas. A instituição (o Partido) escamoteia o rosto do sujeito autoritário (Lenz) e permite a ele valer-se do “rosto” da instituição para disseminar as suas ideias e propagar a sua voz. As massas projetam-se na instituição e tem a ilusão de que a voz autoritária é o clamor coletivo. O avanço da técnica, no entanto, como destaca Walter Benjamin, permite a projeção do sujeito em larga escala e favorece a autoalienação. O contato que ele tem com as massas “estimula o culto do estrelato” (BENJAMIN, 1987, p. 180) e massa assume uma postura passiva e resignada mediante a grande exposição. O poder de Lenz sobre a cidade decorre do próprio Partido que alimenta a voz autoritária que desencoraja quaisquer outras vozes não alinhadas a essa única voz. A autoridade de Lenz nasce no silêncio do Partido e reverbera entre as massas

que, caladas, absorvem tudo. E a nova voz central atua com intenções silenciadoras.

Assim, “aqueles dois homens não queriam apenas ganhar a autoridade através do voto; sabia que a autoridade da velha coragem e da velha força era a única que resistia às flutuações provocadas pelos múltiplos acontecimentos” (TAVARES, 2008, p. 240). Eles, Lenz e Hamm, sabiam que a autoridade mais legítima não se obteria nas cédulas de voto. Ambos precisavam cunhar a sua autoridade no medo e no silêncio. Sobre isso leia-se o seguinte excerto:

Lenz Buchmann e Hamm Kestner haviam falado já da hipótese de uma explosão no edifício do Teatro principal, no meio *talvez necessário* para instalar o estado de tensão na cidade. O tal primeiro medo útil para o Partido. O tédio só pode ser limpo com explosões localizadas, uma explosão perto de cada indivíduo, uma explosão para cada cidadão, disse Buchmann naquele momento, divertido, a Kestner (TAVARES, 2008, p. 240).

A pretexto de estimular as massas e incitar-lhes o medo, Lenz e Hamm plantaram a bomba na frente do edifício. “Buchmann e Kestner queriam ganhar as eleições” (TAVARES, 2008, p. 241) e até então esse parecia o caminho mais curto para isso. A bomba era a espoleta para iniciar na população o primeiro medo e dar-lhes o movimento de partida para o segundo medo. A explosão criara o clima de que a “«a existência real de perigo» mostrava que era fundamental a presença de um líder forte no Partido [...]” (p. 243) e Lenz despontava como um dos mais importantes expoentes do Partido e da cidade. “Um conjunto de forças não contabilizáveis estavam ao seu dispor” (p. 241). O medo alastrava-se e com ele um silêncio arrebatador.

As pessoas com medo se absteriam de seu silêncio e, conseqüentemente, de seu poder e o entregariam a uma figura forte. Lenz esperava que ele fosse essa figura forte a quem as pessoas da cidade iriam recorrer. Elas, em função do medo, se calariam diante da voz de um líder forte e se submeteriam a sua vontade para poderem se livrar do medo que as perseguia. Não haveria qualquer

oposição. Seria uma forma de impor silenciamento coletivo com assentimento geral.

A diferença entre a arma com um único cano que dirige a bala lembrando a voz do professor que chama o nome do menino e lhe dá assim autorização para se levantar da cadeira e a bomba que não sabe ainda o nome dos «seus alunos» estava à vista: o caos e a ausência de sentido ou de explicação da violência varriam de uma forma eficaz a segurança da cidade (TAVARES, 2008, p. 243).

A ausência de sentido é um efeito do primeiro medo, do caos e da movimentação provocada pela bomba. A ausência de sentido é o “mal necessário” para Lenz poder dar sequência ao segundo medo e manter as pessoas completamente alheias ao próprio silêncio. A explosão não escolhe nomes. A explosão é uma violência coletiva que instantaneamente propõe o apagamento do indivíduo e, nas considerações de Lenz, a explosão “[...] embriagava os homens e os obrigava a serem como que um outro tipo de animais [...]” (TAVARES, 2008, p. 37-38). Inclusive, “[...] ao rebentamento de uma bomba, os homens em redor ligavam-se por um sentimento inexplicável [...]” (p. 37), que se traduzia no esvaziamento de sentido da ação em si.

414

O momento de desespero, todavia, sempre aviva o silêncio. Trata-se de um silêncio que nem sempre Lenz ou qualquer outro pode controlar. “Esse é o risco dos sentidos. Não há discurso estanque [...]” (ORLANDI, 2007, p. 117). Depois da explosão, o estado de tensão já estava instalado. “Na explosão morrera um actor secundário, um nome desconhecido do público, que por azar passara naquele local na altura errada” (TAVARES, 2008, p. 242). Como se tratava de um ator secundário o seu nome não tinha a menor importância, já que ele ocupava uma posição inferior na escala de valores de Lenz. Por isso, o seu nome sequer é mencionado, já que se trata de um ator completamente desconhecido do grande público. É bastante interessante notar que um ator, ou seja, uma figura que se apresenta perante um público e que está exposta às massas era desconhecida. Essa estratégia corrobora a ideia de distorção de imagem fomentada por Lenz e por seus colegas de Partido. O político fez-se mais visível

que o ator, graças ao controle observado por Lenz e pelo Partido. É, justamente, esse conjunto de homens secundários que o Dr. Buchmann pretende controlar primeiro, mas não apenas eles.

O anonimato do ator colocado em perspectiva reflete a miopia da massa transformada pela técnica. A capacidade de projeção em larga escala transforma a população em rebanho. Nesse sentido, a repetição, a saturação de informação, o apagamento, o silenciamento provocados por Lenz são, na verdade, efeitos da própria técnica sobre o sujeito. Inspirados pela cultura tecnocrática, Lenz e o Partido creem que os problemas precisavam ser administrados com técnica e precisão, a partir da subordinação, da hierarquização e da sistematização, o que implicava, de certa forma, distanciamento. “Lenz Buchmann, que nascera já com os genes dominados pela lucidez, aprendera depois, pela medicina a reservar certa distância em relação ao sofrimento do outro, distância essa que poderia ser [...] puro profissionalismo” (TAVARES, 2008, p. 216). De fato, “No mundo havia um muro, em que a localização e a altura permitiram aos homens decisivos [...] subirem acima dele, e, desse ponto importante, obterem uma melhor posição para vigiar ou disparar” (p. 214). A esses homens cabiam o dever de interferir na vida da população, porém, sem se deixar misturar a ela.

Na noite das eleições, Hamm Kestner havia sido eleito presidente. Enquanto ele comemorava e cumprimentava velhos colegas, Lenz abandona a sala, discretamente, acompanhado da secretária Júlia e pronuncia a sua última frase de poder: “- Não vai ficar neste cargo por muito tempo. Vou matá-lo” (TAVARES, 2008, p. 249). Depois desse momento as dores de cabeça haviam aumentado e, no capítulo seguinte - O diagnóstico da doença -, Lenz havia perdido a sua velha força. E o modo de operar o silêncio para controlar os sentidos dos outros muda consideravelmente.

É quase inacreditável que após o agravamento da doença, Lenz ainda consiga conduzir o silenciamento, mesmo que em uma escala menor e localizada. Para

delinear as novas estratégias encontradas pelo protagonista será preciso considerar as novas condições de produção de sentido da personagem: “Lenz Buchmann, conseguia ser absolutamente imoral. Um indivíduo único, sem cópia” (TAVARES, 2008, p. 233) portador de força e inteligência inigualáveis.

Mas ficar encerrado em casa era para Lenz semelhante a estar no exílio. Devido à cirurgia a que ele se submetera, ele fica privado de poder, mas ainda toma parte dos assuntos do Partido: “O Dr. Lenz Buchmann nem chegara a entrar nas novas instalações a que a vice-presidência da cidade dava direito” (TAVARES, 2008, p. 254). Do hospital fora encaminhado diretamente para casa. Teria ele se rendido à “coisa” (p. 255), que se alastrara em todo o seu organismo e comprometia todo o seu poder? Como um doente poderia transformar todas as suas ideias delirantes em palavras de ordem e em silêncios opressores?

Em virtude de sua decadência física e mental, Lenz não pôde cumprir os seus planos para o recém-eleito presidente do Partido além de seus planos futuros para estabelecer-se no centro do mundo. As suas estratégias de silenciamento já estavam em vias de esgotamento. A sua linguagem estava prestes a ser colapsada, mas a sua estratégia de silenciamento fora tão eficiente que deixou marcas indelévels naqueles que acompanharam o seu final.

Uma ordem é, simplesmente, uma frase que deve ser obedecida, um pedaço de linguagem; e quem o recebe deve, à custa da sua vida se necessário, fazê-lo existir na realidade. Uma ordem expressa a vontade de quem sabe mais, e assim, a uma voz de comando deve corresponder um conjunto de movimentos que procuram que o mundo conforme a visão clarividente daquele que mandou. A cada vez que se cumpre uma ordem por completo confirma-se a hierarquia já existente e, nesse sentido, o coração tranquiliza-se (TAVARES, 2008, p. 114).

Uma ordem é um pedaço de linguagem que rompe o equilíbrio de palavra e silêncio e instaura mais silêncio que palavra. Uma ordem traduz-se na capacidade de engajar o outro dentro do seu silêncio. Trata-se da capacidade de interagir e de influenciar esse alguém em um nível interpessoal. Uma ordem implica escuta e silêncio. É o silêncio do mais forte agindo sobre o mais fraco.

Por isso, cumprir uma ordem confirma a hierarquia para Lenz, confirma os valores da cultura tecnocrática. O sujeito que transmite ordens espera do outro que o ouve uma postura passiva e obediente, de quem simplesmente acata ordens e as cumpre. Para que uma ordem exista em si é necessário existir o silêncio do outro. Um silêncio passivo, não contestador. Um silêncio que não anula o poder daquele que transmite a ordem. De qualquer modo, mesmo doente Lenz encontrou esse silêncio subserviente nos irmãos Liegnitz de modo que ele ainda conseguiu exercer o seu poder silenciador até na hora de sua morte.

### Considerações finais

Os silêncios decorrentes da política do silêncio são plurissignificativos e inesgotáveis e são extremamente importantes para a compreensão de *Aprender a rezar na era da técnica*, pois salientam sua natureza expressiva e projetam uma realidade complexa, enigmática e, sobretudo cruel. Os processos de significar uma realidade censurada requerem a presença não só do silêncio opressor, mas igualmente do silêncio que inspira a linguagem. Nesse caso, o silêncio inspira símbolos que traduzem o desejo de estrangular os sentidos. É o silêncio que faculta e que inspira múltiplas possibilidades de leitura.

Eis que ao se debruçar sobre as formas tirânicas do silêncio descobre-se uma linguagem que equilibra plena potência e uma inevitável interdição. Descobre-se uma linguagem com ganas de superar a impossibilidade de se referir ao tecnicismo, à barbárie e ao horror do mundo e, sobretudo, o horror que reina no interior do homem. Essa descoberta requer, então, uma linguagem de ação. E não se deve esquecer que tanto a palavra quanto o silêncio fazem parte da linguagem. Reivindica-se, então, uma linguagem que não caia no abismo do vazio ou do eco, que não fique refém desse mundo onde a “[...] proliferação técnica da palavra [...]” (LE BRETON, 1999, p. 15) cede ao parlatório sem sentido.

## Referências:

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet e Jeanne Maire Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DAUENHAUER, Bernard. *Silence: the Phenomenon and its Ontological Significance*. Bloomington: Indiana University, 1980.
- JAWORSKY, Adam. *The Power of Silence: Social and Pragmatic Perspectives*. London: Sages, 1993.
- KOVADLOFF, Santiago. *O silêncio primordial*. Rio de Janeiro: José Olympio: 2003.
- LE BRETON, David. *Do silêncio*. Tradução de Luís M. Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.
- STEINER, Georg. *Silêncio e linguagem: ensaios sobre a crise da palavra*. Tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.
- TAVARES, Gonçalo. M. *Aprender a rezar na era da técnica: posição no mundo de Lenz Buchmann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Retórica do silêncio I: teoria e prática do texto literário*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Recebido em: 3 de maio de 2017.  
Aprovado em: 28 de novembro de 2017.